

ANTE PROJECTO DE DECLARAÇÃO

COMEÇAR

DE NOVO

Os signatários, cidadãos com distintos percursos cívicos e políticos, com ou sem partido, tornam pública a presente Declaração e convocam quantos nela se reconheçam a tomar em mãos a construção de um novo movimento capaz de se constituir como alternativa na política nacional e de se apresentar aos portugueses nas eleições de 1999.

GLOBALIZAÇÃO, UMA CIVILIZAÇÃO DA INJUSTIÇA

Comecemos pela maior das evidências: no Mundo, o fosso entre países ricos e pobres continua a aumentar de ano para ano. O mesmo se pode dizer das diferenças de nível de vida entre cidadãos no interior de cada Estado nacional. O Mundo que o século XX deixa para as gerações vindouras oferece oportunidades fantásticas - as proporcionadas pelo progresso técnico e científico e pelas grandes batalhas em prol da democracia e da transformação social - mas não é mais justo nem equilibrado.

Os últimos indicadores divulgados pelas Nações Unidas identificam, cruamente, a violência das desigualdades. Enquanto 20 por cento da população mundial reserva para

si 86 por cento do consumo privado do planeta, os 20 por cento mais pobres ficam-se com 1,3 por cento. O poder de compra das famílias é apenas um dos indicadores para medir as injustiças sociais. Há outros com consequências evidentes sobre o futuro: recentemente a UNICEF divulgou que um sexto da população mundial, 855 milhões de seres humanos, é analfabeta funcional, que 130 milhões de crianças com menos de 12 anos nunca foram à escola e que 150 milhões não atingem sequer o 5º ano de escolaridade. Mas a comparação mais bárbara é a de que o custo anual suplementar para educar quem nunca foi à escola seria de sete mil milhões dólares, uma verba menor do que os Estados Unidos gastam na produção de cosméticos ou a Europa em gelados.

Barbárie? Que outra expressão seria mais apropriada quando as três maiores fortunas do mundo - *x*, *y* e *z* - ultrapassam o produto interno somado dos 48 países mais pobres do planeta? E pouco mais de 200 famílias no planeta dispõem hoje de uma riqueza equivalente à miséria usufruída por 2.600 milhões de mulheres e homens no Terceiro Mundo? A fome e a miséria continuam a constituir o maior problema da Humanidade, mesmo quando os meios de que esta dispõe para lhes pôr termo são imensos e incomparáveis com os de outras épocas.

Está largamente difundida a ideia de que este mundo é injusto mas que, globalmente, todos vêm melhorando as suas condições de existência. Mesmo esta asserção é falsa. Em 70 países, totalizando cerca de mil milhões de pessoas, quase 20 por cento da população do planeta, o consumo *per capita* actual é inferior ao registado há 25 anos, com relevo para uma tragédia continental - o recuo absoluto do poder de compra da "família média" africana é da ordem dos 25 por cento neste período de tempo.

Desta imensa tragédia humana só se pode extrair uma conclusão: a civilização do capitalismo na era da globalização não assegura a realização dos mais elementares Direitos do Homem. Esta constatação é o nosso ponto de partida.

A GLOBALIZAÇÃO CONTRA O DESENVOLVIMENTO

Não há globalização em abstracto. A globalização é a que existe: ela concentra a abundância em poucas mãos, delapida os recursos naturais e energéticos em benefício de poucos países e é incapaz de debelar a fome e a miséria onde quer que ela se manifeste no planeta.

A globalização vem transferindo da esfera produtiva para o domínio da especulação financeira quantidades gigantescas de capital. Estima-se que apenas 10 por cento das transacções financeiras quotidianas, à escala do planeta, se destinam a financiar a criação de novas riquezas por via da produção. Tudo o resto é pura especulação, num mundo onde a liberdade dos capitais é total e os governos passaram a ter como missão principal salvaguardá-la. Os Estados nacionais que nos últimos 20 anos abandonaram às forças de mercado a regulação das suas economias, têm uma pesada responsabilidade na loucura em curso. O "capitalismo de casino" está a fazer do planeta uma imensa roleta de imprevisíveis resultados. É hoje uma evidência que este mercado mundial não apresenta nenhuma das virtudes que a literatura económica lhe atribuíra: ele é cego e surdo na sua relação com a economia real e vorazmente monopolista.

A globalização - com o concurso da robotização, das tecnologias de informação e das novas técnicas de organização e marketing - vem revolucionando os processos produtivos. Mas os enormes ganhos de produtividade daí decorrentes não revertem em favor do Trabalho. Antes pelo contrário, a globalização está a destruir muito mais trabalho do que o que cria. A globalização do capitalismo significa, para as populações do Terceiro Mundo, ausência de direitos, horários de trabalho do século XIX e salários de miséria. E para os trabalhadores do primeiro Mundo uma ameaça permanente a direitos adquiridos e o espectro do desemprego - este o resultado social mais visível dos processos de centralização e concentração de capital e deslocalizações de empresas. Em ambos verifica-se um denominador comum: as mulheres são as primeiras vítimas do desemprego massivo, das relações de trabalho precarizadas e dos salários mais baixos porque as suas diferenças específicas de género continuam a ser entendidas como "desvantagens concorrenciais" nos mercados de trabalho.

A globalização delapida os recursos naturais e energéticos do planeta numa escala até hoje desconhecida e que o progresso técnico está longe de poder compensar. A globalização elevou a níveis nunca vistos hábitos e comportamentos de consumo nas sociedades do primeiro mundo que hipotecam, para as gerações vindouras, os equilíbrios indispensáveis entre o ser humano e a Natureza. Apesar disto ser hoje mais que conhecido - aí estão o buraco da camada de ozono, a destruição das reservas naturais dos oceanos e dos continentes, a progressão violenta da desertificação ou a desflorestação de territórios imensos para o provar - a verdade é que todas as principais iniciativas internacionais para alterar esta situação têm sido incapazes de produzir resultados visíveis.

A globalização submete as metrópoles e o modo de vida urbano a tensões irresolúveis, onde quer que estas se situem no planeta. As cidades constituem, hoje, o ambiente natural de vida para 80 por cento da Humanidade. É nelas, em particular nas metrópoles, que o desfasamento entre as expectativas de uma vida digna e as possibilidades que esta civilização oferece, explode e se torna mais evidente. Mesmo no primeiro Mundo, 100 milhões de pessoas continuam a não ter um abrigo minimamente condigno e 55 milhões são anémicas, ou seja, sobrevivem em condições de subalimentação.

Ao longo da História, as migrações em massa constituíram sempre uma saída possível para quantos buscavam melhores condições de vida do que as oferecidas pelos países de origem.

Na era da globalização o mesmo continua a suceder, mas em escala infinitamente maior e com fronteiras que cada vez mais se fecham à chegada. Os emigrantes, que deram novas nações ao Mundo e, em condições quase sempre miseráveis, ergueram o brilho das cidades e a opulência dos poderosos, são hoje olhados como praga a abater. E é assim que as metrópoles se apresentam hoje como territórios de segregação e violência urbana e raciais e palcos privilegiados de actuação para a extrema direita e miríades de vendedores do Além que exploram, uns e outros, o desespero da frustração de expectativas.

Apesar das condições que oferecem, as cidades continuam a desenvolver-se. O próprio urbanismo apresenta hoje um inventário inegável de soluções que demonstram a viabilidade de uma vida digna em universos urbanos - desde que se respeitem as

diferentes identidades e o multiculturalismo, se dê prioridade aos equipamentos colectivos, aos espaços públicos e de lazer, a soluções participadas na resolução dos problemas de habitação e circulação e à articulação entre estes e a localização dos empregos. Mas o sentido geral da nossa história recente é inegável: crescem mais depressa e violentamente os problemas do que se universalizam soluções.

A nossa segunda conclusão é simples: para lá de todas as aparências, a barbárie está a ganhar terreno à civilização. Só a coragem de uma crítica capaz de ir às raízes dos problemas permitirá encontrar respostas radicalmente intransigentes com a injustiça. Menos do que isto não vale a pena.

A GLOBALIZAÇÃO CONTRA A CIDADANIA

A globalização não se limita às esferas económicas e financeiras e suas consequências sociais - ela vem alterando, e de que maneira, os modos como as sociedades se organizam para fazerem as suas escolhas: em curso está a imposição de um novo consenso redutor da cidadania e que esconde a existência de um conflito decisivo entre globalização e democracia.

O papel dos governos, que ontem era o de protegerem os mercados nacionais, passou a ser o de integrarem as economias nacionais no comércio mundial, de acordo com as imposições das instâncias financeiras internacionais mais poderosas.

Em todo o mundo, inflação zero, equilíbrio orçamental, redução da despesa pública, em particular a social, e fim das pressões fiscais sobre os capitais, passaram a ser as metas dos governos nacionais. É impossível continuar a fingir que nada mudou. Na realidade, os poderes políticos subordinam-se, não à vontade dos eleitores, mas aos interesses financeiros e à mediação daquilo a que muitos já chamam, e com propriedade, o pensamento único deste fim de século. Fala-se muito em «crise da política» e é verdade: enquanto exercício democrático do poder, a política bateu em retirada; enquanto expressão pública dos poderes reais e ocultos, ela está mais arrogante do que nunca.

No novo mundo que a globalização anuncia, o abstencionismo, a apatia e a indiferença face ao exercício do poder político são a face visível da tentativa de fazer retroceder os progressos históricos da cidadania.

Parecem distantes os tempos em que, através dos partidos políticos de massa, dos sindicatos e do associativismo, milhões e milhões de seres humanos, pela primeira vez, puderam emergir na sociedade enquanto sujeitos políticos de transformação social. Essa grande ruptura que o século XX trouxe, a abertura, mesmo que incompleta, da esfera política aos cidadãos está a ser posta em causa por um complexo e sofisticado arsenal de instrumentos que simplesmente desejam a sua simulação.

A herança democrática da separação de poderes tende a ser substituída pela escolha única - a de saber quem é a figura que dirige o governo. Os partidos de massa transformam-se em federações de interesses que ocultam a ideologia por detrás de programas e declarações minimais de circunstância. A militância, que incorporava em si

a ideia de participação e cidadania activa, dá lugar a um processo de integral profissionalização das actividades políticas e sociais. Mas os sinais não se ficam por aqui: a fusão de interesses entre capitalistas, proprietários de medias e esfera pública começa a traduzir-se em candidaturas directas de grandes fortunas à liderança de nações e este é um passo de imprevisíveis consequências. Como imprevisível é o tipo de Estado que está a nascer na Rússia e noutros países do antigo bloco de Leste, onde a esfera pública surge como simples fachada legal da acumulação primitiva de economias mafiosas que traficam votos e influências.

O mundo assistiu ainda ao fim da guerra fria, mas daí não nasceu uma nova ordem onde as nações passassem a ter mais voz ou onde os Direitos Humanos tivessem adquirido novo valor.

Ao contrário do que prometia a propaganda dos anos 80, a globalização alimenta-se de regimes ditatoriais desde que estes apliquem as receitas do FMI e do Banco Mundial; convive com regimes como o da China, desde que a burocracia de Estado aceite implantar territórios de capitalismo selvagem no seu interior; financia poderes mafiosos nos Estados que resultaram da desagregação da URSS, uma estratégia de loucura em países com poder nuclear; e estimula o renascimento de velhos conflitos nunca sarados pelo antigo Mundo bipolar, do mesmo modo que alimenta o fundamentalismo islâmico através de políticas de agressão e provocação permanente.

A globalização admite o caos na ordem internacional desde que o possa policiar.

Hoje, os Estados Unidos da América intervêm onde e como querem, ditando as condições de uma completa hegemonia militar no planeta. O novo hegemonismo viola os parcos princípios de Direito internacional existentes e bloqueia o funcionamento ou a autoridade de instituições internacionais não financeiras, a começar pela ONU - uma organização já de si bem pouco democrática. O "direito de ingerência" e os bloqueios económicos - que permitem aos EUA fazerem valer os seus interesses seja em Cuba, na Bósnia ou no Kosovo, juntam-se aos instrumentos clássicos de dominação política, militar e económica, como se evidenciou pelo bombardeamento do Iraque. O novo hegemonismo é um factor acrescido da «crise da política»: não existem instâncias de democracia ao nível onde se fazem as grandes escolhas que afectam os destinos das nações e dos povos; e, no plano nacional, reduzem-se extraordinariamente, ou são ameaçadas, as possibilidades de políticas independentes ou anti-capitalistas poderem ser conduzidas com sucesso.

A globalização é, finalmente, uma poderosa máquina de construção e imposição do consenso neo-liberal.

Mercê da concentração e centralização multinacional de capitais e da revolução no plano das tecnologias de informação, os *media*, que melhor ou pior, reflectiam as conflitualidades existentes no Mundo, transformaram-se num verdadeiro poder no interior do sistema de poder. É certo que continuam a existir meios de comunicação dissonantes da maioria, que a TV generalista já é obrigada a rivalizar com o cabo e que a *internet* abriu espaços de comunicação não negligenciáveis. Mas, globalmente, os media alteraram os modos de existência dos combates políticos e sociais, inaugurando uma era de política mínima e máximo espectáculo. Banalizam os antagonismos e as tragédias ao mesmo tempo que socializam, pela domesticação, a mais privada das

propriedades humanas: o sonho. A vertente cultural da globalização não deve ser iludida: não fosse inesgotável a criatividade humana e este mundo estaria bem mais uniformizado: os mesmos consumos, salvaguardadas as aparências, as mesmas simulações de participação e uma ideia de individualidade relativizadora de todas as solidariedades.

A nossa terceira conclusão é esta: assumindo-se como destino e fim da História, oferecendo aos povos e às nações quotidianos de violência real em cenários de indiferença virtual, a globalização sente-se em condições de dispensar a cidadania e a democracia tal como a conhecemos. É, intrinsecamente, uma civilização da exclusão. Exclui quantos condena à condição da sobrevivência. E exclui igualmente da cidadania quantos julgam ter sido integrados em padrões de vida minimamente decentes. É indispensável, nos diferentes países e em Portugal, fazer convergir as vontades que tenham a coragem de afirmar o primado de uma resposta política democrática ao desafio que a globalização lança à Humanidade.

A CRISE ESTÁ AÍ E VEIO PARA FICAR

Entretanto, a globalização não pôs fim às crises que atravessaram o século XX. Pelo contrário, mundializa-as. Enganaram-se quantos previram, em função das inovações técnicas e científicas, uma nova fase de crescimento sustentado, durável por muitos anos.

Os mais recentes sinais de crise vieram dos "tigres asiáticos", precisamente os países que apresentavam as mais elevadas taxas de crescimento do planeta e se anunciavam como os mais competitivos do próximo século.

E já em 1998 o alarme soou nas Bolsas de grandes países, como a Rússia e o Brasil, e começou a atingir, se bem que levemente, os países do primeiro mundo. O próprio FMI, de imediato reviu, em baixa, as suas previsões para o crescimento económico no ano de 1999 e começa-se agora a admitir o mergulho numa nova recessão internacional. Depois da crise do petróleo e do colapso do sistema de pagamentos internacionais a partir dos anos setenta, a viragem de milénio promete ser pouco auspiciosa.

A crise bolsista reflecte, desde logo, a violência dos movimentos brutais de recolocação de capitais.

Estamos a falar não apenas de capitais retirados à produção, como os que são gerados e multiplicados no jogo financeiro. E estamos também ante ataques especulativos a moedas nacionais assentes sobre economias vulneráveis. Mas este é apenas um lado do problema. Do outro, está um crescimento desproporcionado dos capitais face ao que os países podem gerar em termos produtivos.

Se a reprodução de capitais parece inesgotável, o mesmo já não se pode dizer da riqueza material.

Boa parte dos bens de consumo individual que caracterizam a nossa civilização no primeiro mundo encontram-se, aí, à beira da saturação. Pode-se ter um televisor ou uma

máquina de lavar e comprar-se a repetição, mas nada disto é uma história sem fim. Por outro lado, nem todos estes bens são universalizáveis. Por exemplo, é impensável em termos ecológicos um planeta onde exista um automóvel por habitante. A nossa civilização simplificou, através da produção em massa, múltiplos aspectos da vida de quantos a ela puderam aceder. Mas o preço que vem pagando por isso é altíssimo e a factura não pode ser eternamente adiada: os custos sociais e ambientais deste crescimento marcado por necessidades em boa medida inventadas e que privilegiam o ter sobre o ser, nunca foram seriamente contabilizados.

Por outro lado, nos países em vias de desenvolvimento, o crescimento económico apresenta limites incontornáveis.

Os seus mercados internos assentam em salários de miséria e o investimento público em infraestruturas técnicas e sociais está longe de acompanhar o investimento industrial, acarretando a estes enormes desperdícios. Em linguagem tecnocrática, é portanto inevitável o «arrefecimento» das economias. Em linguagem que se entenda, isto significa recessão, austeridade e miséria acrescida para milhões de seres humanos. O mundo que se anuncia está longe de ser uma auto-estrada em direcção à abundância.

A recente crise bolsista demonstrou bem a incapacidade dos poderes políticos para lhe fazer face.

Aconteceu o que já se inscrevia na lógica dos últimos anos - em todas as negociações internacionais, quer se trate da formação da Organização Mundial do Comércio, da renegociação das dívidas externas ou dos programas ditos de estabilização, mandam os financeiros e os banqueiros. Os governos do Sul do planeta e mesmo os governos social democratas europeus, não foram capazes de impor ao FMI e aos decisores económicos neo-liberais mesmo as limitadas medidas que sugeriram para amortecer os movimentos de fuga e recolocação de capitais.

A nossa quarta conclusão é a de que a política concreta, aquela que afecta a vida de milhões e milhões de cidadãos, é refém dos interesses do capital financeiro. Os governos, mesmo os de correntes moderadas, têm revelado a sua incapacidade para romper com esta realidade. Compete a quantos têm clara consciência disto lançarem, nos seus países e solidariamente, as bases de uma nova política que relance a esperança num mundo melhor.

O DILEMA DA UNIÃO EUROPEIA

A Europa é hoje palco de uma batalha decisiva. A globalização aposta no fim da contratação colectiva, na flexibilização absoluta dos mercados de trabalho, na redução substancial do Estado de bem estar e das cargas fiscais sobre o capital. Por outro lado, a resistência a esta pressão já não se pode fazer sem o relançamento de um modelo económico e social alternativo, que preserve as conquistas sociais e que seja capaz de inovar radicalmente as políticas de

intervenção pública e repropor o trabalho - e o pleno emprego - como elemento central de civilidade.

As responsabilidades históricas do Continente europeu são de monta.

Os europeus, portugueses incluídos, foram decisivos para a mundialização das trocas e para o estabelecimento de uma ordem mundial assente no colonialismo. Já no século XX foi da Europa que partiram para o Mundo as duas guerras mais destrutivas que a Humanidade conheceu. Este o passivo.

Mas foi também na Europa que nasceram e se cristalizaram muitos dos progressos que beneficiaram a Humanidade. Não apenas os técnicos e materiais, herdados da Revolução industrial, mas também o que esse processo trouxe consigo - um grau acrescido de exigência social e política dos povos, os primeiros ensaios de superação da ordem capitalista, a aquisição de direitos sociais significativos, e o nascimento, no interior dos países imperiais, de uma consciência anti-colonial paralela à revelada pelos povos do Terceiro Mundo. Este o activo. Quando uma Europa de múltiplas nações se vem transformando em mercado único e se discute como destino político comum, é forçoso não fazer tábua rasa da História.

É verdade que a União Europeia é actualmente o maior "mercado interno" da globalização.

É um mercado rico e com um potencial de crescimento enorme a Leste e significativo no Mediterrâneo. A tendência dos últimos 50 anos é para que Europa geográfica e Europa económica tendam a coincidir, superando a antiga lógica de mercados internos nacionais articulados com mercados coloniais. É esta realidade, e o facto de ser um mercado único onde as importações de outros continentes têm, no conjunto, um peso reduzido, que faz da Europa e da União Europeia em particular, o mais apetecido e importante mercado da globalização.

A integração das economias nacionais tem sido feita em marcha forçada e obedecendo a uma lógica neo-liberal.

Unificaram-se as políticas económicas, em direcção a objectivos de «convergência nominal» entre as economias e com isso reduziram-se as margens de liberdade das nações. Depois, entrou na ordem do dia a criação de uma moeda única, o que não sendo condição para a existência de um mercado único, foi e é instrumento de pressão acrescida contra a mais esquecida das dimensões da integração - a social; e, finalmente, recolocar-se-á de novo o problema da tradução política da nova realidade criada. O processo de integração obedece a uma lógica inexorável: em nome de vantagens reais ou virtuais para os povos europeus, a integração começa por ser parcelar e comercial para se encontrar hoje na sua fase económica e financeira e se recolocar amanhã a sua explícita dimensão política. A ordem dos factores não é arbitrária, ela inscreve-se na dinâmica e sentido da globalização, e propositadamente relega a dimensão social para plano secundário. Convém mesmo que esta fique tanto tempo quanto possível em âmbito nacional, para que seja não uma variável construtiva mas subordinada do processo de integração.

A construção política deste edifício tem-se revelado mais complexa, mas nem por isso é menos decisiva.

Antes mesmo de serem dado passos decisivos no sentido da construção de um Estado pan-europeu, que de momento encontra resistências muito variadas, mesmo entre capitalismos nacionais receosos dessa aposta no escuro, vem-se acentuando a cooperação sigilosa entre aparelhos de segurança e ensaia-se, aliás sem grande sucesso, uma política externa comum. Os Tratados de Maastricht e de Amesterdão, nunca submetidos à verificação dos eleitores portugueses, consagram este caminho político e económico assente num poder desmedido e incontrolado do Banco Central Europeu. Independentemente da opinião que se possa ter sobre o futuro da União Europeia e do interesse de Portugal na integração, é forçoso reconhecer que todo o processo é marcado por uma escolha que privilegia a diminuição da inflação e o equilíbrio orçamental sobre a criação de emprego e que predetermina os resultados do debate político em torno das soberanias nacionais e da articulação de Direitos. A União não está a ser uma escolha mas uma construção imposta aos povos europeus.

Existe uma razão para esta estratégia e ela radica na força histórica dos movimentos sociais europeus e seu património de conquistas.

Na Europa, o movimento operário alcançou um conjunto de conquistas sociais muito importantes e, inclusivamente, conseguiu marcar a opinião dominante sobre o papel que os Estados deveriam ter na economia e na sociedade. Se a Leste essa hegemonia teve tradução no caminho aberto pela Revolução de Outubro, a Ocidente o capitalismo foi forçado a encontrar um modelo de desenvolvimento que tivesse em conta aspirações importantes dos trabalhadores. A Europa do pós-Guerra assumiu o pleno emprego como obrigação social, reduziu horários de trabalho, alimentou a circulação de trabalhadores emigrantes e instituiu os fundamentos do Estado-Providência. Durante 20 anos a Europa ocidental viveu um «círculo virtuoso» de crescimento, emprego e aumento dos níveis de consumo, que nem por isso retirou fundamento à crítica radical do sistema e das injustiças que permaneciam. É esta realidade que a globalização, para se impor, tem de colocar abertamente em causa.

A Europa é hoje palco de uma batalha decisiva de poder e civilização.

Em redor das conquistas sociais representadas nos sistemas de saúde, de educação e de segurança social incorporados no "Estado de bem estar" trava-se um desafio que atravessa e divide a União Europeia. É um combate decisivo, não apenas para os trabalhadores europeus, como para o papel da Europa no Mundo. A derrota das conquistas sociais no velho continente representará uma pesada perda para quantos, nos países em vias de desenvolvimento, lutam ainda por direitos sociais mínimos. Mas a inversa também é verdadeira. Se na Europa se conseguirem preservar e ampliar as aquisições sociais, isso seria importantíssimo para a construção de uma ordem económica e social mundial mais digna e humana.

Porque pressentem ser este o conflito principal, os eleitores do velho continente têm-se manifestado contra o rigor neo-liberal imposto pela direita em toda a União.

Desta realidade resulta um novo quadro político em que, de 15 governos da União, 13 são socialistas ou social-democratas. Mas não existem razões particulares para

expectativas. É certo que Blair, Schroeder ou Guterres não são exactamente a mesma coisa do que Lionel Jospin. Mas os governos socialistas não têm estado à altura do desafio e a questão, aliás, não é de homens. Só é possível travar a marcha do neo-liberalismo se existir a coragem de propor e abrir uma ruptura com a sua dinâmica. A defesa das conquistas sociais expressas no "Estado de bem estar" exige hoje mais do nunca, políticas que superem o quadro de soluções simplesmente redistributivas. Exige a construção de um programa que assuma o pleno emprego como condição de partida, a satisfação das necessidades colectivas como prioridade, o equilíbrio ecológico e novos padrões de consumo individual e de participação na escolha social como condições da qualidade da existência humana e, finalmente, regras e meios que introduzam uma redistribuição do rendimento conduzindo ao aumento do peso do trabalho, bem como à defesa justiça nas relações económicas internacionais. Utópico? Utópico é pensar que neo-liberalismo pode ser temperado.

Existem hoje na Europa inúmeras energias, correntes e práticas políticas e sociais para este desafio programático e de luta.

É daqui que se deve partir, da capacidade de acentuar as convergências entre tais forças e correntes de pensamento de distintas tradições e práticas sociais, para que seja possível dar expressão ao desenho de uma outra Europa. Uma Europa que respeite a soberania das suas nações, seja capaz de sustentar as conquistas sociais, que não prescinda do objectivo do pleno emprego e que, ao mesmo tempo, é capaz de interrogar a sociedade de consumo em que vive e o seu papel na economia mundial e nas relações com o Terceiro Mundo.

A quinta conclusão é decisiva para o nosso futuro: a Europa em que Portugal tem interesse e vantagem em participar é a que sabe projectar o melhor da sua História no futuro. É uma Europa capaz de valorizar todas as identidades, das nacionais às de classe, das migrantes ao multiculturalismo, e fazê-las convergir na defesa das suas conquistas civilizacionais e no combate à barbárie que a globalização espalha pelo planeta.

PORTUGAL, UM PAÍS A VÁRIAS VELOCIDADES

Em 1974, Portugal rompeu com 48 anos de ditadura e viveu uma revolução onde direitos, liberdades e democracia, abertura ao Mundo, descolonização e a hipótese socialista se fundiram, para sempre, numa palavra: Abril. Esta é a herança que reclamamos para o futuro.

1998 foi o ano em que Portugal se anesthesiou com a ilusão de ter chegado finalmente ao "pelotão da frente".

É verdade que a economia portuguesa continua a crescer e que o espectáculo predominou sobre a coragem de pensar o país: a Expo foi apresentada por muitos como uma prova das capacidades nacionais. Mas nada disto altera o facto de Portugal continuar a ser um país bem singular, onde se cruzam os sinais da opulência visíveis no primeiro Mundo, com a permanência de traços marcantes de subdesenvolvimento económico e social, e com as ilusões de ambos.

Não é possível pensar o nosso país como se ele fosse simplesmente "moderno" e esquecer as realidades desagradáveis e implacáveis da nossa História recente.

Na viragem para a década de 80, o debate fundamental jogava-se entre um modelo de desenvolvimento assente nas capacidades internas do país e a cartada europeia. Foi a última que ganhou. Mas no actual contexto de «competitividade global» a mais evidente vantagem comparativa do país continua a ser a dos baixos salários e a sua vocação especializada passou a ser o turismo.

É verdade que os níveis médios de consumo aumentaram substancialmente, e que esta realidade trouxe algum conforto às classes médias urbanas. Mas o país perdeu indústria, liquida a sua agricultura e pescas e revela-se incapaz de travar a desertificação do mundo rural. O nosso Produto Interno cresce, mas os novos empregos não chegam - ou são muito menos seguros - para compensar os postos de trabalho que se perdem.

Entre o país anunciado pelas estatísticas e o país que sofre, a dislexia não poderia ser maior.

O país apresenta uma das mais baixas taxas de desemprego da Europa e o governo português chegou mesmo, nas instâncias europeias, a aumentá-la um pouco para beneficiar de fundos comunitários. Mas toda a gente sabe o que escondem estes números: a proliferação do trabalho sem contrato, com contrato a prazo e sem quaisquer direitos. A nossa legislação laboral é apresentada como uma das mais avançadas do Mundo. Mas, na realidade, o nosso mercado laboral é dos mais selvagens da Europa: temos horários de trabalho dos mais elevados, salários dos mais baixos e a pior das seguranças sociais e dos sistemas de saúde.

Todos os anos o fisco se confronta com a notícia espantosa de mais de 90 por cento das sociedades e empresas apresentarem resultados negativos. E todos os quatro anos os governos invocam taxas de crescimento mais elevadas do que as médias europeias para se apresentarem com direito a novo mandato. A contradição patente nestas duas informações é simplesmente aparente: em certo sentido, o nosso país «cresce» na exacta medida da fuga das empresas às suas responsabilidades sociais.

A modernização esconde a falta de qualidade da nossa vida colectiva

Com fundos nacionais e comunitários, Portugal tratou de autoestradas, itinerários principais e pontes, numa operação de construção como não há memória em muitas gerações. Com esses fundos, as autarquias conseguiram ainda resolver problemas urgentes a nível de infraestruturas que beneficiaram muitas comunidades. Mas a sociedade portuguesa nunca foi capaz de discutir com seriedade os usos mais equilibrados para os dinheiros públicos disponíveis. Haverá auto-estradas, mas as redes públicas de transportes e, em geral, os equipamentos e serviços colectivos, continuam a levar décadas de atraso sobre os congéneres em países europeus. É assim por todo o lado: na superlotação das prisões, na ineficácia da Justiça, na insuficiência da rede de saúde ou na fraca qualidade da educação. É assim até no desporto, onde exportamos jogadores, mas não se criaram condições para proporcionar aos jovens e aos adultos educação física permanente.

O país chega à sociedade de consumo, mas ela não é para todos.

Portugal é um dos países do Mundo onde é maior a difusão de cartões bancários e telemóveis por habitante. Mas continua a ser completamente incapaz de erradicar as barracas nas periferias das áreas metropolitanas, de ser minimamente eficiente a tratar dos desperdícios ou conseguir poupar energia. Também aqui a contradição esconde uma realidade unitária: o modelo de desenvolvimento seguido fez com que o país chegasse finalmente à «sociedade de consumo», fracturando-se no seu interior entre os que, tendo entrado, pensam que estão para ficar, e os que ficaram de fora, condenados a sonhar que um dia a alcançarão.

O Portugal moderno continua tão conservador como antes.

A recente discussão à volta da proposta de despenalização da Interrupção Voluntária da Gravidez mostrou bem como o consenso modernizador é compatível com a permanência dos valores mais retrógrados, marcados pela influência de uma hierarquia católica tradicionalmente conservadora. Portugal consagrou a igualdade de oportunidades e direitos entre os sexos na letra da lei, mas a realidade é bem diferente: no trabalho, na sociedade ou na família as mulheres continuam a ser discriminadas e culturalmente o nosso país é marcado pelos valores da supremacia masculina. A maternidade, frequentemente, continua a não poder ser uma escolha consciente e a sexualidade plena mantém-se muitas vezes um direito negado. Até no topo da hierarquia social, os cargos públicos espelham esta histórica desigualdade quando remetem as mulheres para lugares secundários nos Ministérios ou na Administração.

Mesmo na educação os sinais são contraditórios.

Uma das grandes alterações verificadas nos últimos 25 anos foi a do aumento notável dos níveis de escolarização. Pode dizer-se que temos hoje um ensino massificado até à Universidade. Mas o país foi incapaz de garantir este crescimento defendendo simultaneamente a qualidade, a escola pública e a gratuitidade do ensino como factores de civilidade. E Portugal continua a ter os mais baixos índices de leitura da Europa ao mesmo tempo que é um dos países onde os cidadãos passam mais tempo em frente a um televisor. Que isto define um padrão de cultura ninguém duvide.

A nossa sexta conclusão é esta: Portugal passou a enfrentar todos os problemas típicos das sociedades modernas e complexas sem, simultaneamente, ter sido capaz de resolver os seus principais atrasos em matéria de subdesenvolvimento. Este desafio vai ser resolvido em contexto de integração europeia. É por isso que não podemos iludir o essencial: o direito à escolha de um modelo de desenvolvimento não capitalista para o país é indissociável do combate por uma Europa que o possa garantir.

O ROTATIVISMO, DOENÇA DA POLÍTICA PORTUGUESA

Há momentos onde é necessária a coragem para começar de novo. Porque algo tem de ser feito. Este é um desses momentos, onde é necessário ver mais longe do que as ilusões e aparências recomendariam.

Em 1995 os eleitores deram uma maioria confortável a António Guterres, cansados do poder absoluto de Cavaco Silva e do PSD na política portuguesa. Mas o capital de esperança esvai-se em cada dia que passa.

É verdade que a vida, para muitos portugueses dos meios urbanos e de classe média, melhorou na exacta medida das suas possibilidades de endividamento bancário e expectativas quanto ao futuro mais próximo. Mas ninguém com bom senso atribuirá este fenómeno às específicas qualidades da nova governação, como muito bem o não atribuíram ao anterior primeiro ministro. As razões desta nova confiança residem não na política, mas numa evolução da conjuntura económica que a administração não tem feito mais do que gerir. Ela desaparecerá como nasceu, no exacto momento em que a verdade de uma economia dependente e frágil venha de novo à tona de água, quando não for mais possível mascarar-la com fundos comunitários, subsídios e taxas de crescimento como as que vimos tendo de há uma década a esta parte. Não são necessários profetas da desgraça para saber que esse tempo chegará e mais cedo que tarde.

Entretanto, não se julgue que "todos melhoram". Em termos relativos, a maioria encontra-se mais longe dos que estão melhor e uma importante minoria tem visto a sua situação piorar em termos absolutos. Isto é verdade de um modo geral no mundo rural e é verdade nas zonas industriais onde o desemprego continua a ser o lado escuro da modernização. Só cínicos podem pensar que o grau de satisfação social se pode medir pelo alargamento da sociedade de consumo às classes intermédias da sociedade, quando os de baixo perdem em termos absolutos.

As críticas que os socialistas, neste aspecto, dirigiram ao poder laranja durante uma década, aplicam-se como uma luva à nova governação e ainda só passaram três anos sobre ela.

Acima de tudo, as promessas socialistas, no que continham de mais promissor, foram adiadas e substituídas pela navegação à vista.

No activo do governo, contas feitas, regista-se a concretização de uma única reforma significativa: a criação do rendimento mínimo garantido, medida de alcance limitado, e algum crescimento percentual das dotações para o sector social no conjunto do Orçamento de Estado.

Entretanto, o passivo é bem mais pesado. No plano da reforma da Segurança Social, que é a pior da União Europeia, a proposta que o governo entregou ao parlamento admite o "plafonamento", o objectivo capital perseguido pelas seguradoras e que abandona o princípio de solidariedade que até hoje vem regendo o sistema. Ao mesmo tempo, a proposta não corta pela raiz a possibilidade do sistema evoluir para uma filosofia assistencialista e, em consequência, perder a sua actual natureza universal. Por outro lado, nem sinais há da prometida reforma fiscal, sem a qual não é possível em Portugal a construção séria de uma segurança social sustentável. No nosso país os impostos continuam a ser cobrados sobre menos de metade dos rendimentos, o que dá bem a medida da evasão fiscal praticada por quantos não são trabalhadores por conta de outrem ou reformados - precisamente os que não têm como iludir o fisco. Finalmente, o governo cedeu às pressões das confederações patronais no que toca à legislação laboral. Este aspecto é tanto mais chocante quando é num período de crescimento económico

que o governo, ao invés de proteger os direitos do Trabalho, abre as portas à flexibilização das relações contratuais no tocante a horários de trabalho, férias, horas extraordinárias, etc.

É hoje um facto pacífico na opinião pública que o poder rosa, enquanto administra em função dos que lhe parecem ser as preocupações das classes médias, cimeta a sua base de apoio principalmente entre os grandes grupos económicos nacionais. Os principais homens da finança portuguesa são absolutamente coincidentes sempre que, na imprensa, avaliam o actual governo como igual ou melhor para os seus interesses do que os anteriores.

Finalmente, no plano especificamente político e dos direitos democráticos, a gestão do governo tem-se revelado desastrosa.

Uma das esperanças anunciadas pelos Estados Gerais que levaram o PS ao governo era o de reformas no terreno da democracia, que combatessem a «crise da política» e dessem mais voz aos cidadãos. Muitos portugueses que não tinham expectativas no domínio económico e social confiavam que o PS fosse pelo menos capaz de aumentar a transparência da vida política. Três anos passados, as ligações entre poder político e económico estão longe de terem sido clarificadas; o financiamento interessado das empresas aos partidos prossegue alegremente e o PS apenas o quer legalizar; os compromissos constitucionais entre PS e PSD pioraram a Constituição e a lei eleitoral que tem estado em cima da mesa mais não visa do que abrir a porta à viabilização de governos minoritários dispondo de maioria parlamentar e fulanizar ainda mais a política enquanto exercício do poder.

Por outro lado, quando se procede a um balanço do exercício do poder, não é possível às mulheres e aos homens de esquerda esquecerem o comportamento de António Guterres - e a incapacidade do PS em o superar - na questão da Interrupção Voluntária da Gravidez. Nem no plano dos assuntos transversais à sociedade o poder rosa conseguiu salvaguardar o mínimo que se lhe exigiria: a defesa da laicidade do Estado.

O núcleo duro do sistema político português é o do rotativismo entre duas forças políticas centrais que não têm, sobre o futuro de Portugal, ideias substancialmente diferentes.

Em nome da sua perpetuação no poder a partir de 1999, o Partido Socialista comporta-se na sociedade portuguesa como o seu mais poderoso anestesiante. O centrismo é a sua condição de existência, tal como essa é a vocação do PSD agora amparado pela muleta do PP. Mas não será o agitar do "papão" da direita, politicamente debilitada por uma derrota de que ainda se não recompôs, que fará com que os portugueses perdoem aos socialistas, mal se torne evidente que a anestesia é parte de uma doença nacional profunda e escondida, e não um meio de cura.

À esquerda do Partido Socialista tem estado um PCP incapaz de entender a complexidade actual da sociedade portuguesa e, assim corporizar mais do que um projecto de resistência.

A margem de que o governo goza na sociedade portuguesa é também uma função das dificuldades e limitações de quantos se situam à sua esquerda. Esta esquerda é um

universo complexo e plural que tem tido no PCP a sua maior expressão eleitoral. É reconhecida a tradição histórica dos comunistas portugueses, o seu papel na resistência antifascista e o modo como sobreviveram, enquanto força política autónoma, ao fim da revolução portuguesa e ao ascenso da direita. O PCP é portador de um activo necessário à sociedade portuguesa, mas ele não é condição bastante para corporizar uma nova esperança ou sequer recuperar a influência que já teve e perdeu.

As dificuldades do PCP devem-se em boa medida aos seus próprios limites. Muitos portugueses têm legítimas dúvidas sobre a natureza do seu projecto para o país e sobre o seu conceito de democracia, quando vêm um partido com diferentes sensibilidades internas ser incapaz de assumir essa realidade, bem como proceder a uma crítica aprofundada dos regimes que existiam a Leste. Muitos outros não entendem a insistência com que o PCP continua a reclamar um governo com o PS, quando se sabe que mesmo em tal caso e no plano das políticas económicas e sociais, predominaria a continuidade da actual política governamental do PS. Por outro lado, este partido continua a manifestar uma tendência evidente para o sectarismo e a autosuficiência, traduzida na ideia de que a sua frente, a CDU, representa toda a esquerda, quando na realidade integra exclusivamente a que o PCP foi inventando por sua conveniência. Mas o principal limite dos comunistas portugueses respeita a uma persistente dificuldade de articular a sua tradição com a emergência de novos problemas sociais e culturais que exigem respostas corajosas, capazes de contrariar a cultura conservadora dominante na sociedade.

Na verdade, as novidades no universo das esquerdas vêm passando em boa medida ao lado das suas esferas políticas organizadas: elas podem encontrar-se no activismo cívico que se continua a desenvolver nos diferentes movimentos sociais, como herança da revolução e urgência de cidadania; é patente na reflexão sobre a vida nacional que tem vindo a ser realizada por intelectuais críticos e se apresenta como indispensável à construção de novas respostas perante novos e velhos problemas; e verifica-se ainda na combatividade e património de inovação propositiva revelado por correntes de esquerda radical e socialista.

Com os limites que cada um encerrará, é indispensável abrir o diálogo político e cultural à esquerda e dar-lhe continuidade. Porque a exigência de uma esquerda que consiga, a um tempo, ser plural, combativa e influente, pode não ter prazo para nascer, mas nem por isso deixa de ser menos indispensável a quantos queiram romper com o rotativismo ao centro que envenena a vida política portuguesa.

Finalmente, e acentuando o impasse do sistema político português, é cada vez mais evidente a sua tendência para viver circuito fechado, sem conexão com as realidades da vida quotidiana.

É crescente o desinteresse pela política que existe e o sinal mais evidente é a progressão consistente do abstencionismo. É óbvio que existem fortes razões para este fenómeno. Enquanto exercício do poder a política portuguesa vem excluindo da cidadania os que têm menos poder para fazer ouvir a sua voz. Pura e simplesmente os mais pobres não encontram razões de monta para pensar que a sua vida pode melhorar com a continuação ou mudança de governos ao mesmo tempo que têm muito mais dificuldades para se organizarem e, por via disso, poderem contar. Além de excluída da sociedade de consumo, a pobreza vem sendo atomizada. Por outro lado, a apatia e o

desinteresse avançam, por razões diferentes, entre as classes médias mais instruídas ou informadas. Existe a ideia, que aliás não anda longe da verdade, de que as principais decisões não se tomam em sede parlamentar ou sequer no governo, mas em instâncias supranacionais ou em centros de influência ocultos da opinião pública - e se assim é, porque votar? Ao mesmo tempo, as classes médias, a quem o rotativismo governamental se dirige obsessivamente, não estão longe de pensar que, se assim é, tanto faz - a menos que se sintam directamente lesadas nos seus interesses. A verdade é que chegadas à sociedade de consumo e mantendo expectativas altas para o futuro próximo, elas relativizam a importância da cidadania na exacta medida em que são influenciadas pelos discursos do individualismo e do sucesso pessoal.

Mas há que reconhecer que a política que existe tem ajudado bem pouco a superar este quadro e, pelo contrário, revela-se um factor do seu agravamento: a fulanização aproxima-a de uma feira de vaidades, o minimalismo da dependência face aos media retira-lhe densidade e qualidade, a gestão de influências diminui-lhe a credibilidade. E 1998, deste ponto de vista, revelou-se um ano trágico: o sistema político decidiu depositar nos portugueses a decisão sobre duas matérias polémicas, uma relevando da consciência e da escolha sobre o bem estar colectivo e a saúde pública, outra com a complexidade de uma reforma do Estado. O que poderia constituir um bom sinal de saúde da nossa democracia, revelou-se aos olhos do eleitorado como a forma mais expedita dos partidos centrais alijarem as responsabilidades em decisões que os dividiam internamente, ao mesmo tempo que negociavam os referendos e estimulavam a demagogia e a chantagem como forma predominante de argumentação.

A sétima conclusão que propomos é a de que algo tem de ser feito. É indispensável quebrar, no plano político, o círculo vicioso de um rotativismo ao centro, onde todos falam de mudança mas nada se transforma. E é vital para a qualidade da nossa democracia recuperar para a esfera da política quantos dela foram excluídos ou se vêm afastando.

O NOSSO PROJECTO: DEMOCRACIA PARA O SOCIALISMO

A última conclusão é também um compromisso dos signatários: chegou a hora de convocar quantos partilham o essencial destes pontos de vista para uma nova iniciativa política, um Bloco de Esquerda capaz de ser portador de propostas fortes e se assuma como sinal de esperança. O nosso projecto inscreve-se nessa luta urgente para abrir caminhos e faz parte de um projecto de civilização que constitui a modernidade da esquerda.

Os signatários têm a noção de que não há atalhos. A construção de um novo programa para a esquerda é um processo longo e que carece de comprovação social. A superação dos sectarismos e a capacidade de sintetizar, na esfera política, o melhor que os diferentes activismos existentes na sociedade têm para oferecer, é uma tarefa de geração. E o diálogo entre as diferentes esquerdas é ainda incipiente. Com a consciência destas limites, há que contudo que emitir sinais e sinais fortes.

O nosso desafio

O desafio que colocamos à sociedade portuguesa é o da emergência de uma nova iniciativa política. Formalmente, ela será um partido para se poder apresentar aos actos eleitorais. Na realidade é de um movimento que se trata, capaz de suscitar, pelas suas propostas, a adesão de quantos nelas se reconheçam e de associar a si o apoio e empenhamento de correntes organizadas de intervenção política ou social e de múltiplas outras opiniões.

Este Bloco afirmará a necessidade de uma política de pleno emprego com salvaguarda dos direitos adquiridos. O ser humano no centro da economia começa por aqui, pela revalorização da condição do Trabalho como criador de riqueza. Este objectivo não exige apenas a criação de novo Trabalho, nomeadamente o que possa ser orientado para a satisfação de necessidades sociais e colectivas do país, ou a defesa do emprego existente e o combate à precarização do trabalho. Exige a coragem de uma grande reforma, a da redução do horário de trabalho para 35 horas - principal instrumento de redistribuição do trabalho existente por quantos precisam de trabalhar e condição necessária para outra qualidade de vida.

Este Bloco demonstrará a viabilidade daqueles objectivos. Em nossa opinião é possível aumentar substancialmente as receitas do Estado garantindo o futuro de um sistema público e participado de Segurança Social. Mas é necessária a coragem de uma reforma fiscal que promova a justiça e penalize os mais poderosos e quantos se esquivam aos seus deveres sociais. É possível pôr termo à evasão fiscal e acabar com o escândalo de um sigilo bancário que continua quase absoluto, alimentando as ligações entre a economia formal e o lado obscuro dos negócios. É indispensável taxar exemplarmente o capital especulativo, do mesmo modo que não há razão válida para que o emprego pague impostos e o capital que o substitui deles esteja isento. A prioridade deve ser por isso a realização de uma reforma fiscal que garanta justiça para os trabalhadores por conta de outrém e beneficie as empresas que criem emprego, do mesmo modo que deve penalizar as que provoquem desemprego.

Este Bloco considera ainda que é possível superar os problemas da miséria e do atraso e, simultaneamente, dar resposta convincente a novos problemas da civilização moderna. Por exemplo, é viável uma política de redução acelerada dos resíduos e programar a sua reutilização e reciclagem, encarando o armazenamento controlado apenas como último recurso e sem permitir que este se transforme num pretexto para adiar as soluções fundamentais que se baseiam na não produção de produtos tóxicos e predadores do ambiente. Não há razões, a não ser de facilidade e negócio, para uma política de ambiente que tenha no centro a incineração e a co-incineração.

Noutro domínio, o mesmo se poderia dizer do combate às drogas. A despenalização do consumo de todas as drogas é o mínimo dos mínimos que a abordagem deste drama social hoje exige. Para nós, o toxicodependente não é um caso de polícia mas de saúde pública. E é indispensável admitir a necessidade de se ir mais longe, até à legalização do consumo e à distribuição pelo Estado e sob controlo médico, das drogas duras. As actuais leis em vigor em Portugal e na Europa, de teor proibicionista, não só não têm resolvido o problema, como de facto alimentam um dos mais sórdidos negócios do capitalismo mundial.

Este Bloco afirmará ainda a urgência de reformas fortes no plano dos direitos e do sistema político, em direcção a uma democracia que encontre na cidadania a sua

condição de existência e permanente renovação. A seu tempo, os signatários comprometem-se a apresentar propostas concretas sobre a criação de novos instrumentos de participação directa dos cidadãos na vida política, leis eleitorais que preservem a proporcionalidade mas aproximem eleitos dos eleitores, governo das autarquias e descentralização, sobre o financiamento dos partidos bem como a agir sobre a defesa das liberdades sindicais. Apresentarão igualmente propostas que combatam efectivamente todas as formas de discriminação ou exclusão baseadas no sexo, na religião, na pertença étnica, na preferência sexual, no nível de rendimento, no acesso ao emprego, na região onde se vive. A sociedade portuguesa precisa igualmente de mais liberdades civis, uma maior exigência na salvaguarda dos direitos individuais e a resolução definitiva de direitos elementares de quantos vivem no país: por exemplo, impõe-se um novo período de regularização para os emigrantes que ainda não estão legalizados.

Esta iniciativa política apresentar-se-á aos portugueses nas eleições europeias e legislativas de 1999.

Serão os eleitores a decidir da sua oportunidade e importância.

O Bloco quer eleger representantes que levem aos parlamentos as suas propostas e discutirá com todos a sua viabilização, do mesmo modo que apoiará todas as medidas que considere poderem melhorar a vida de quem vive e trabalha em Portugal. O Bloco será uma força interessada no diálogo e em entendimentos pontuais ou mais permanentes na esquerda do espectro político português, assumindo os antagonismos que existem no Mundo e em Portugal como condição da clareza de propósitos e de inovação no campo das propostas. O Bloco assume as grandes tradições da luta popular no país e aprende com outras experiências e desafios; renova a herança do socialismo e inclui as contribuições convergentes de diversos cidadãos, forças e movimentos que ao longo dos anos se comprometeram com a busca de alternativas ao capitalismo.

É daqui que queremos partir para a construção de uma esquerda popular, plural, combativa e influente, que seja capaz de reconstruir a esperança.



BLOCO DE ESQUERDA - Comissão Promotora
Rua Febo Moniz, n.º 13 r/c Esq.
1150-152 Lisboa
Tel.: 356 17 88 Fax: 314 47 90

LISTA DE PROMOTORES DO BLOCO QUE CONVOCAM A ASSEMBLEIA DE FUNDAÇÃO

1. **Adélia Pinhão** - médica, dirigente do Sindicato dos Médicos do Sul (Lisboa)
2. **Alberto Cruz** - dirigente Sindicato Ferroviários (Barreiro)
3. **Alberto Gonçalves** - professor, C. Directivo Esc. Sec. Soares dos Reis (Porto)
4. **Alda Macedo** - professora (Porto)
5. **Alda Sousa** - professora universitária (Porto)
6. **Alexandra Dourado** - psicóloga (Lisboa)
7. **Alexandra Oliveira** - psicóloga (Porto)
8. **Alexandre Alves Costa** - arquitecto e professor (Porto)
9. **Alfredo Frade** - médico psiquiatra (Lisboa)
10. **Alice Mações** - professora, Póvoa de Varzim (Porto)
11. **Alípio de Freitas** - jornalista (Lisboa). Preso político no Brasil.
12. **Almerinda Bento** - professora, Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e Direitos da Mulher (Setúbal)
13. **Álvaro Arranja** - professor (Setúbal)
14. **Alvaro Carvalho** - dirigente da União do Sindicatos de Aveiro, St.ª Maria da Feira (Aveiro)
15. **Amélia Reis** - dirigente sindical Calçado de Aveiro (Aveiro)
16. **Ana Bretão** - psicóloga (Porto)
17. **Ana Madureira** - investigadora do Instituto do Livro - Biblioteca Nacional (Lisboa)
18. **Ana Sepúlveda** - socióloga (Lisboa)
19. **Andrea Peniche** - vendedora, ex-dirigente associativa na Faculdade de Letras (Porto)
20. **Ângela Luzia** - historiadora, Instituto das Comunidades Educativas (Setúbal)
21. **Ângelo Ferreira de Sousa** - estudante, ex-dirigente associativo AEFBAUP (Porto)
22. **Angelina Carvalho** - docente Ensino Superior, Esc. Sup. Educação (Porto)
23. **Antoine Pimentel** - músico (Lisboa)
24. **António Amaro** - professor (Viseu)
25. **António Brandão Moniz** - sociólogo, professor universitário (Lisboa)
26. **António Gamito** - professor, dirigente da União dos Sindicatos de Setúbal (Grândola)
27. **António Gomes** - operário da Emefe, dirigente da Federação dos Ferroviários (Santarém)
28. **António Jesus** - professor, do Conselho Nacional da FENPROF
29. **António José André** - professor (Coimbra)
30. **António Lima** - presidente do Sindicato do Comércio do Distrito de Braga
31. **António Louçã** - historiador (Lisboa)
32. **António Macedo** - jornalista de rádio (Lisboa)
33. **António Marinho** - jornalista (Coimbra)
34. **António Marinho Silva** - médico (Coimbra)
35. **António Marques** - assessor da Comissão de Coordenação Regional de Lisboa e Vale do Tejo
36. **António Pina** - professor do ensino superior (Braga)
37. **António Revês** - professor e jornalista (Beja)
38. **António Ribeiro Teixeira** - dirigente do Sindicato da Saúde e Segurança Social (Porto)
39. **António Sérgio** - dirigente Sindicato Calçado Aveiro, St.ª Maria da Feira (Aveiro)
40. **António Silva** - dirigente do Sindicato do Comércio de Braga
41. **António Silva** - estudante, ex-presidente da Associação Académica de Coimbra
42. **Arlinda Carneiro Soares** - dirigente do Sindicato da Saúde e Segurança Social (Porto)
43. **Arsélio Martins** - professor (Aveiro)
44. **Artur Mendonça de Carvalho** - tenente coronel da Força Aérea
45. **Artur Ribeiro** - dirigente do Sindicato dos Transportes Rodoviários Urbanos do Norte (Porto)
46. **Camilo Azevedo** - realizador de televisão (Lisboa)
47. **Cândida Proença** - professora da FCSH (Lisboa)
48. **Carlos Alberto Godinho** - técnico industrial, Arsenal do Alfeite (Setúbal)
49. **Carlos Brito Mendes** - professor universitário, Psicologia (Lisboa)
50. **Carlos Cruz Oliveira** - militar reformado, ex-secretário de estado da Saúde e da Coordenadora do MFA (Lisboa)
51. **Carlos Gil** - fotógrafo (Lisboa)
52. **Carlos Marques** - engenheiro, vice-presidente da Assembleia Municipal de Lisboa
53. **Carlos Matias** - engenheiro da Telecom (Santarém)
54. **Carlos Prazeres Ferreira** - oficial reformado da Marinha Mercante (Lisboa), esteve envolvido no golpe de Beja e na luta anti-fascista
55. **Carlos Santos** - programador informático (Setúbal)
56. **Carlos Serra Pena** - ex-delegado sindical da TAP, activista da Federação Nacional das Cooperativas de Consumo (Lisboa)
57. **Carlos Veiros** - electricista, dirigente da União de Sindicatos de Aveiro
58. **Carmo Vicente** - militar reformado (Lisboa)
59. **Cassiano Santos** - professor universitário (Coimbra)
60. **Catarina Portas** - jornalista (Lisboa)
61. **Cecília Moutinho Silva** - professora (Porto)
62. **Celestino Gregório** - siderúrgico, membro do Conselho Nacional da Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minas de Portugal (Setúbal)
63. **Celso Cruzeiro** - advogado (Aveiro), animador das lutas estudantis em Coimbra/1969.
64. **César Lopes** - geógrafo, Museu História Natural (Lisboa)
65. **Céu Fazenda** - professora, dirigente da FENPROF e do Conselho Nacional da CGTP-IN

66. **Cipriano Pisco** - metalúrgico, dirigente da União dos Sindicatos de Setúbal
67. **Cláudia Pinto** - estudante (Coimbra)
68. **Cláudio Sunkel** - professor universitário, ICBAS (Porto)
69. **Conceição Guedes de Oliveira** - engenheira (Porto)
70. **Cristina Moura** - técnica fisioterapia (Setúbal)
71. **Daniel Avenida** - metalúrgico, membro da Comissão de Trabalhadores da Portucel (Setúbal)
72. **David Cruz** - encenador (Coimbra)
73. **Dina Nunes** - psicóloga (Lisboa)
74. **Eduardo Valdez** - presidente do Sindicato da Saúde e Segurança Social (Porto)
75. **Emídio Ramos** - professor (Porto)
76. **Eva Braga da Silva** - economista, assessora Sindicato Calçado de Aveiro e Coimbra
77. **Fátima Cabral** - psicóloga (Porto)
78. **Fernando Alves** - jornalista de rádio (Lisboa)
79. **Fernando Dacosta** - jornalista e escritor (Lisboa)
80. **Fernando Figueira** - metalúrgico, membro da Comissão de Trabalhadores da Gestenave
81. **Fernando Nunes da Silva** - urbanista, professor universitário, deputado municipal em Lisboa
82. **Fernando Rosas** - historiador, director do Instituto de História Contemporânea e da revista História (Lisboa)
83. **Filipe Rosas** - médico (Santarém)
84. **Fina d'Armada** - escritora e investigadora (Porto)
85. **Flora Silva** - dirigente da Associação "Olho Vivo"
86. **Francisco Adrião** - músico (Coimbra)
87. **Francisco Fanhais** - professor e músico (Beja)
88. **Francisco Liberato Fernandes** - dirigente do Sindicato dos Pescadores dos Açores
89. **Francisco Louçã** - economista, professor universitário (Lisboa)
90. **Francisco Monteiro da Silva** - empresário (Amarante)
91. **Francisco Teixeira da Mota** - advogado, Fórum Justiça e Liberdades (Lisboa)
92. **Frederico Mira** - artista plástico (Évora)
93. **Gabriela Moita** - psicóloga, direcção da Associação para o Planeamento da Família (Porto)
94. **Gaspar Sousa e Silva** - dirigente do SNTCT
95. **Graça Mota** - professora no Instituto Superior de Educação (Porto)
96. **Graça Patrício** - técnica superior da Função Pública (Lisboa)
97. **Heitor Sousa** - economista (Lisboa)
98. **Helena Faria** - actriz (Coimbra)
99. **Helena Lopes da Silva** - médica cirurgiã (Lisboa)
100. **Helena Pinto** - dirigente da UMAR
101. **Henrique Santos** - dirigente da FENPROF (Porto)
102. **Hugo Cardoso da Silva** - arquitecto (Amarante)
103. **Hugo Dias** - dirigente associativo da FLUP (Porto)
104. **Ilona Kovacs** - socióloga, professora universitária (Lisboa)
105. **Inês Moreira da Silva** - professora (Porto)
106. **Irene Jesus Enes** - professora (Viana do Castelo)
107. **Isabel Sousa Horta** - professora (Porto)
108. **Jaime Pinho** - dirigente da Coordenadora Nacional contra os Resíduos Tóxicos (Setúbal)
109. **João Afonso** - arquitecto, ex-presidente da Ass. Académica de Lisboa, participante nos Estados Gerais do PS (Lisboa)
110. **João Cabral Fernandes** - médico (Lisboa)
111. **João Carlos Louçã** - antropólogo (Lisboa)
112. **João José Cardoso** - professor (Coimbra)
113. **João Lafuente** - bancário (Porto)
114. **João Leal** - antropólogo, professor no ISCTE, dir. Revista Antropologia (Lisboa)
115. **João Loio** - músico (Porto)
116. **João Manuel Fernandes** - comissário de exposições (Porto)
117. **João Mário Bárbara** - médico (Setúbal)
118. **João Martins Pereira** - engenheiro (Lisboa)
119. **João Nabais** - advogado, dirigente da DECO (Lisboa)
120. **João Paulo Simões** - músico (Coimbra)
121. **João Pedro Gonçalves** - professor (Coimbra)
122. **João Pulido Valente** - médico, preso político sob a ditadura, primeiro deputado eleito em Lisboa em 1975 pela esquerda alternativa, não tendo então ocupado o cargo.
123. **João Saboga** - actor (Coimbra)
124. **João Zilhão** - arqueólogo, director do IPA (Lisboa)
125. **Joaquim Ferreira de Sousa** - professor (Castelo de Paiva)
126. **Joaquim Ferreira Soares** - professor (Aveiro)
127. **Joaquim Machado** - matemático (Coimbra)
128. **Joaquim Manuel Espírito Santo** - técnico superior de serviço social (Porto)
129. **Joaquim Moura Ramos** - professor no Departamento de Química do IST (Lisboa)
130. **Joaquim Piló** - dirigente da União de Sindicatos de Lisboa e do Conselho Nacional da CGTP-IN
131. **Joaquim Seabra** - médico (Porto)
132. **Joaquim Silva** - dirigente do Sindicato dos Lanifícios da Beira Baixa (Covilhã)
133. **Jorge Afonso** - dirigente do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Centro (Aveiro)
134. **Jorge Costa** - jornalista (Lisboa)
135. **Jorge Dias de Deus** - professor no Departamento de Física do IST (Lisboa)
136. **Jorge Fagundes** - advogado (Lisboa)
137. **Jorge Sequeiros** - professor do ensino superior ICBAS (Porto)
138. **Jorge Silva** - gráfico (Lisboa)
139. **Jorge Silva (Juca)** - dirigente da Associação "Olho Vivo"
140. **José Alberto Correia** - professor do ensino superior (Porto)
141. **José António Bandeirinha** - arquitecto e professor universitário, dirigente da Pró-Urbe (Coimbra)
142. **José Brás** - sindicalista (Lisboa)
143. **José Casimiro** - sindicalista, membro da coordenadora das CT's da Cintura Industrial de Lisboa
144. **José Castro** - advogado (Porto)
145. **José David** - membro do Secretariado das Cooperativas Agrícolas de Beja
146. **José de Abreu** - engenheiro técnico agrónomo, dirigente da Associação "Olho Vivo" (Porto)
147. **José Delgado Martins** - advogado, Ordem dos Advogados (Lisboa)
148. **José Falcão** - dirigente anti-racista (Lisboa)
149. **José Gonçalves da Silva** - dirigente da União dos Sindicatos de Braga
150. **José Grade** - escultor (Porto)
151. **José Joaquim Ferreira dos Santos** - empresário (Porto)
152. **José Júlio P. Carvalho** - professor e delegado sindical (Porto)
153. **José Mário Branco** - músico (Lisboa)
154. **José Ribeiro** - professor, dirigente associativo (Porto)
155. **José Rui** - agente de desenvolvimento e dirigente da ACERT (Tondela)
156. **José Taborda Duarte** - professor universitário, IST (Lisboa)
157. **Joyce Moniz** - professor universitário na Faculdade de Psicologia (Lisboa)
158. **Liliana Póvoas** - geóloga na Faculdade de Ciências de Lisboa

159. **Luís Branco** – jornalista (Lisboa)
160. **Luís Fazenda** – professor, ex-deputado (Lisboa)
161. **Luís Maria Santos** – jornalista e membro da Assembleia Municipal de Barcelos (Barcelos)
162. **Luís Miguel Sieuve Monteiro** – professor do ensino superior (Braga)
163. **Luís Santos** – professor (Braga)
164. **Luís Sieuve Monteiro** - professor universitário ICBAS (Porto)
165. **Luís Sousa** - arquitecto (Coimbra)
166. **Luisa Costa Gomes** - escritora (Lisboa)
167. **Madalena Barbosa** - técnica superior da Administração Pública (Lisboa)
168. **Manuel Açada** – ex-dirigente estudantil (Porto)
169. **Manuel António Lopes** – dirigente Sindicato Indústria Eléctrica Sul e Ilhas (Abrantes)
170. **Manuel Bastos** - arquitecto (Lisboa)
171. **Manuel Graça** – dirigente do Sindicato do Calçado, membro do Conselho Nacional da CGTP (Aveiro)
172. **Manuel Grilo** - dirigente da FENPROF
173. **Manuel Maneira** - investigador e professor universitário (Lisboa)
174. **Manuel Martins** - técnico de manutenção, membro da Comissão de Trabalhadores da AutoEuropa (Setúbal)
175. **Manuel Ramos Valdez** - membro da Comissão de Trabalhadores dos STCP (Porto)
176. **Manuela Alexandra Barros** - professora na Faculdade de Letras (Lisboa)
177. **Manuela Sampaio** – professora do ensino superior, presidente da Associação para o Planeamento da Família (Porto)
178. **Manuela Tavares** - economista, dirigente da UMAR (Lisboa)
179. **Marcela Figueiredo Torres** - editora (Porto)
180. **Maria Adélia Oliveira** – física hospitalar (Porto)
181. **Maria Alfreida Cruz** – geógrafa, investigadora (Lisboa)
182. **Maria Augusta Ribeiro**, professora, activista dos direitos humanos (Braga)
183. **Maria Aurélia Quelhas Martins** – dirigente do Sindicato Professores do Norte (Porto)
184. **Maria Araújo Pereira** – dirigente do sindicato da Saúde e Segurança Social (Porto)
185. **Maria Augusta Ribeiro** - professora (Braga)
186. **Maria Custódia Santos** - bancária, delegada sindical dos Bancários do Sul e Ilhas (Setúbal)
187. **Maria de Lurdes Sousa Domingues**, dirigente Sindicato Saúde e Seg. Social (Porto)
188. **Maria Emília Pereira** – dirigente do Sindicato da Função Pública (Porto)
189. **Maria Fernanda Abreu** – professora universitária, U. Nova (Lisboa)
190. **Maria José Alves** – médica, dirigente da Associação para o Planeamento da Família (Lisboa)
191. **Maria José Magalhães** – professora do ensino superior (Porto)
192. **Maria José Martins** – dirigente Sindicato Enfermeiros Portugueses (Lisboa)
193. **Maria Magos Jorge** - dirigente do Sindicato da Função Pública (Setúbal), ex-directora da 'Batalha' e municipalista libertária
194. **Mariana Aiveca** – funcionária pública, membro do Conselho Nacional da CGTP (Setúbal)
195. **Mário Dias** - jornalista de rádio (Lisboa)
196. **Mário Durval** – médico, delegado de saúde do Barreiro, director do Centro de Saúde da Amora
197. **Mário Henriques** - técnico de som (Coimbra)
198. **Mário Leston Bandeira** – professor universitário (Lisboa)
199. **Mário Lindolfo** - jornalista (Lisboa)
200. **Martinho Marques** – professor e escritor (Beja)
201. **Matos Gomes** – arquitecto, foi membro da Assembleia Municipal (Lisboa)
202. **Maximiano Gonçalves** – consultor de comunicação (Lisboa)
203. **Miguel Guedes** – músico, Blind Zero (Porto)
204. **Miguel Portas** – jornalista, director da Vida Mundial (Lisboa)
205. **Miguel Vale d'Almeida** – antropólogo, professor no ISCTE (Lisboa)
206. **Milice Ribeiro dos Santos** - professora universitária (Porto)
207. **Natércia Campos** – animadora cultural (Lisboa)
208. **Natércia Coimbra** – documentalista, directora do Centro de Documentação 25 de Abril (Coimbra)
209. **Nuno Nogueira** - estudante (Coimbra)
210. **Nuno Serra** – professor, membro do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra e director da Pró-Urbe (Coimbra)
211. **Orlando Garcia** – sociólogo (Lisboa)
212. **Paulo Cesar Alves** - dirigente sindical sindicato calçado de Aveiro, delegado sindical da C & J Clark, Castelo de Paiva (Aveiro)
213. **Paulo Pena** – jornalista, ex-dirigente FCSH e Ass. Académica (Lisboa)
214. **Paulo Pulido Valente**, empresário musical (Lisboa)
215. **Paulo Teixeira de Sousa** - dirigente do Sindicato dos Professores do Norte
216. **Paulo Varela Gomes** – historiador, professor em Arquitectura (Coimbra)
217. **Pedro Cabral** – arquitecto (Porto)
218. **Pedro Medeiros** - fotógrafo (Coimbra)
219. **Pedro Ramajal** – sindicalista bancário (Porto)
220. **Pedro Sales** – dirigente académico da FCSH (Lisboa)
221. **Pedro Saraiva** - engenheiro, dirigente do Sindicato dos Químicos do Sul (Lisboa)
222. **Pedro Soares** - geógrafo, professor na Faculdade de Letras (Lisboa)
223. **Raimundo Santos** - editor (Lisboa)
224. **Raquel Relha** - música (Coimbra)
225. **Rogério Moreira** - gestor, ex-deputado (Lisboa)
226. **Rosa Nunes** - professora na Faculdade de Psicologia (Porto)
227. **Rui Raposo** - actor (Coimbra)
228. **Rui Teixeira de Sousa** - professor e delegado sindical (Porto)
229. **Rui Zink** - escritor e professor universitário (Lisboa)
230. **Serafim Duarte** - professor (Coimbra)
231. **Sérgio Fernandez** – arquitecto e professor universitário (Porto)
232. **Sérgio Vitorino** – jornalista, activista dos direitos de gays e lésbicas (Lisboa)
233. **Silvestre Santos Pereira** - dirigente associativo do Salgueiros
234. **Sofia Ganhão** – activista sindical (Lisboa)
235. **Susana Paiva** - fotógrafa (Coimbra)
236. **Teresa Dias Coelho** - pintora (Lisboa)
237. **Teresa Ribeiro** – arquitecta na CM Almada
238. **Tiago Gomes** – performer, editor revista "Bíblia"
239. **Valente Fernandes** – médico e ex-deputado de "Os Verdes" (Setúbal)
240. **Valentina Garcia** - engenheira (Lisboa)
241. **Valentina Loução** - dirigente do Sindicato da Função Pública (Setúbal)
242. **Victor Cavalinhos** - dirigente do Sindicato dos Rodoviários do Sul (Setúbal)

243. **Victor Nogueira** – economista, activista dos direitos humanos (Lisboa)
244. **Virgílio Vieira Gomes** - presidente da União de Agricultores de Castelo de Paiva, dirigente da Associação da Lavoura do Distrito de Aveiro
245. **Viriato Teles** – jornalista (Lisboa)
246. **Vitor Ruivo** – hidrometrista, coordenador distrital do Sindicato da Função Pública do Sul (Faro)
247. **Vitorino** - músico (Lisboa)
248. **Zélia Afonso** – dirigente associativa (Azeitão)